

Mês das 'superconcessões' deve atrair R\$ 23 bi

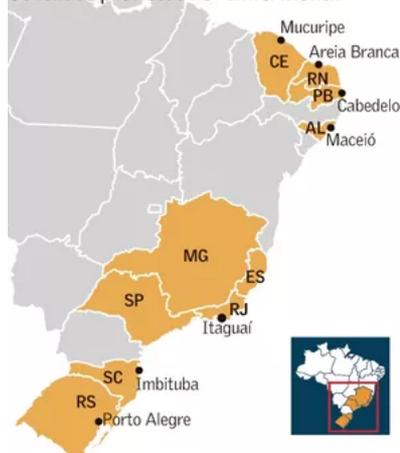
Com um leilão por semana, Infra Month oferece ativos como Dutra, BR-381 e terminais em Santos

Por Daniel Rittner — De Brasília

06/08/2021 05h00 · Atualizado há 6 horas

Preparando o martelo

Os leilões previstos no "Infra Month"



Fonte: Ministério da Infraestrutura

	29/10	12/11	19/11	25/11
O quê	Relicitação da Dutra (RJ-SP)	Arrendamentos portuários em Areia Branca (RN), Maceió (AL), Mucuripe (CE), Itaguai (RJ), Imbituba (SC), Cabedelo (PB) e Porto Alegre (RS)	Arrendamentos portuários para combustíveis em Santos (SP)	BR-381/262 (MG/ES)
Investimentos previstos	R\$ 14,8 bilhões	Cerca de R\$ 500 milhões	Cerca de R\$ 1 bilhão	R\$ 7,3 bilhões
Quais ativos	364 km da Pres. Dutra (Rio-São Paulo) e 271 km da BR-101 (Rio-Ubatuba)	Terminais TERSAB, MAC13, MUC59, ITG03, IMB05, AE-14, POA01 (granéis sólidos, granéis líquidos e carga geral)	Terminais de granéis líquidos STS 08 e STS 08A na Alemoa	670 km da BR-381 (Belo Horizonte-Governador Valadares) e da BR-262 (João Monlevade-Viana)
Duração do contrato	30 anos	10 a 25 anos	25 anos	30 anos

Depois da Infra Week em abril, que teve 28 ativos leiloados com sucesso por três dias seguidos, o Ministério da Infraestrutura prepara agora um "mês das superconcessões". Serão oferecidos à iniciativa privada projetos que devem receber mais de R\$ 23 bilhões em investimentos. O cardápio inclui a relicitação da Presidente Dutra (Rio-São Paulo) e o maior arrendamento portuário das últimas duas décadas, além da BR-381 em Minas Gerais, conhecida como "rodovia da morte" e com a promessa de ser duplicada.

A intenção do ministro Tarcísio Freitas e sua equipe é organizar quatro certames seguidos, na B3, entre os dias 29 de outubro e 25 de novembro. O governo avalia

que, com um grande leilão por semana, há boas chances de emendar uma sequência de resultados bastante positivos e criar um clima de entusiasmo no mercado.

PUBLICIDADE



Politicamente, o presidente Jair Bolsonaro poderá faturar com o interesse de investidores e emplacar um discurso de que a economia ganha tração às vésperas de um ano eleitoral. O “mês das superconcessões” também tem sido chamado, na Esplanada dos Ministérios, de Infra Month.

Para viabilizar esse calendário, o governo pretende revisar uma resolução do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) que previa intervalo mínimo de 100 dias entre o lançamento do edital e a realização efetiva do certame. A regra foi criada na gestão Michel Temer com o objetivo de dar mais tempo para que grandes grupos, principalmente estrangeiros, analisassem os estudos de viabilidade e formatassem suas propostas nos leilões.

Agora, esse intervalo deverá cair para 70 a 90 dias. Para autoridades envolvidas nos preparativos, não haverá prejuízo aos investidores. A avaliação é que o mercado já conhece bem as linhas gerais dos editais e os principais pontos das novas concessões foram debatidos com as empresas - por exemplo, ao longo das audiências públicas conduzidas pelas agências reguladoras.

O ponto alto do Infra Month vem logo no começo. A relicitação da Dutra, cujo contrato original foi assinado em 1996 e venceu há quase seis meses, promete atrair pesos-pesados do setor e grupos internacionais no dia 29 de outubro. “É o nosso grande leilão do ano”, disse a secretária de Fomento, Planejamento e Parcerias do Ministério da Infraestrutura, Natália Marcassa, em live da FGV Transportes nesta semana.

O novo contrato da maior ligação rodoviária do país, que vai abranger ainda trecho de 271 quilômetros da Rio-Santos, prevê R\$ 14,8 bilhões em investimentos em ampliação de capacidade. Uma das exigências é a construção de nova pista para a subida da Serra das Araras (RJ). Será o primeiro teste também do sistema “free flow”, sem a necessidade de praças de pedágio, com a cobrança eletrônica de tarifas. O teste ocorrerá na região de Guarulhos (SP).

A disputa envolverá um modelo híbrido. O desconto na tarifa-teto de pedágio fica limitado a 15,31%. Se duas ou mais empresas chegarem a esse deságio, o desempate será pela maior outorga. Como a aposta é de bastante concorrência, o governo tem expectativa de obter um valor bilionário.

Em seguida, no dia 12 de novembro, o governo resolveu juntar sete terminais portuários - em Areia Branca (RN), Maceió (AL), Mucuripe (CE), Itaguaí (RJ), Imbituba (SC), Cabedelo (PB) e Porto Alegre (RS) - em um único leilão. São áreas para a movimentação de granéis sólidos (minério ou vegetais), líquidos, carga geral e até um terminal salineiro. Alguns são de pequeno porte. Os investimentos atingem cerca de R\$ 500 milhões.

Depois, no dia 19, haverá o maior arrendamento portuário dos últimos 20 anos: as áreas STS 08 e STS 08A, destinadas à movimentação de combustíveis, em Santos (SP). Os terminais vêm da divisão de uma área hoje operada pela Transpetro, subsidiária da Petrobras, que queria a renovação do contrato e não foi atendida.

Com isso, o governo tenta forçar um aumento da concorrência no porto. A previsão de investimentos fica em torno de R\$ 950 milhões. Entre as obrigações dos novos contratos, com 25 anos de vigência, está a construção de berços de atracação que vão aumentar em 50% a capacidade na região portuária da Alemoa.